BRUNO CUNHA WEYNE

**Fundamentação filosófica dos direitos humanos a partir do
diálogo entre a ética do discurso e a ética da libertação**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Associado Dr. Ari Marcelo Solon

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

BRUNO CUNHA WEYNE

Fundamentação filosófica dos direitos humanos a partir do diálogo entre a ética do discurso e a ética da libertação

Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob orientação do Prof. Associado Dr. Ari Marcelo Solon.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

Catálogo na Publicação
Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Weyne, Bruno Cunha

Fundamentação filosófica dos direitos humanos a partir do diálogo entre a ética do discurso e a ética da libertação / Bruno Cunha Weyne. - São Paulo, 2019.

134 p. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Orientador: Ari Marcelo Solon.

1. Direitos humanos. 2. Fundamentação racional. 3. Ética do discurso. 4. Ética da libertação. I. Solon, Ari Marcelo, orient. II. Título.

BRUNO CUNHA WEYNE

Fundamentação filosófica dos direitos humanos a partir do diálogo entre a ética do discurso e a ética da libertação

Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Associado Dr. Ari Marcelo Solon (Orientador)

Examinador: _____

Instituição: _____

Examinador: _____

Instituição: _____

Examinador: _____

Instituição: _____

Examinador: _____

Instituição: _____

Examinador: _____

Instituição: _____

À minha noiva, Lívia,
À minha irmã, Naiana,
e aos meus pais, Alberto e Tânia

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Alberto e Tânia, pela orientação carinhosa e pelo amor incondicional, e à minha irmã, Naiana, pelo companheirismo e amizade. Sou muito grato por tê-los em minha vida. Sem vocês este trabalho não existiria.

À Lívia Marques, minha companheira de vida, pelo amor verdadeiro, pela cumplicidade e pelo apoio fundamental à realização deste trabalho;

Ao Professor Dr. Ari Solon, pela valiosa e competente orientação e pela confiança depositada em minha pesquisa;

Ao Professor Dr. Reginaldo da Costa, pelas sábias lições filosóficas e pela contribuição substancial na minha trajetória acadêmica;

Ao Professor Dr. Paulo Weyl, pelo gentil acolhimento no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará;

Ao Professor Dr. Antonio Sidekum, pela afetuosa interlocução filosófica e pelas importantes obras compartilhadas;

Aos Professores Dr. Samuel Barbosa e Dra. Elza Boiteux, pelas relevantes críticas e sugestões dadas no Exame de Qualificação deste trabalho;

Ao amigo Patrick Mesquita, pela amizade sincera e pela confiança em mim depositada no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado do Pará;

Aos amigos Leonardo Passinato e Vinicius Ormelesi, pelo constante diálogo filosófico e pelos projetos compartilhados.

RESUMO

WEYNE, Bruno Cunha. **Fundamentação filosófica dos direitos humanos a partir do diálogo entre a ética do discurso e a ética da libertação**. 134f. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a necessidade, a possibilidade e os limites de uma fundamentação racional dos direitos humanos frente ao desafio da diversidade cultural, a partir do debate entre a ética do discurso de Karl-Otto Apel e a ética da libertação de Enrique Dussel no âmbito dos Seminários Internacionais do Programa de Diálogo Filosófico Norte-Sul (1989-2002). A escolha dessas teorias se deu pelo fato de suas reflexões estabelecerem o diálogo entre as diversas tradições culturais sem abrir mão do caráter absoluto da ética, posicionando-se contra qualquer etnocentrismo. Quanto ao debate entre ambas, entende-se que ele contribuiu para uma confrontação teórica precisa e profunda que proporcionou uma reconstrução dos dois modelos e um verdadeiro diálogo entre culturas, onde os direitos humanos e sua fundamentação filosófica encontram um *locus* apropriado. O texto divide-se em quatro capítulos. No primeiro, defende-se a tese de que há, no contexto da atual sociedade multicultural, a necessidade de uma fundamentação racional suficiente da ideia e do conteúdo dos direitos humanos, que estabeleça a sua validade, a sua extensão e os seus limites, sob pena de serem esses direitos postos como forma arbitrária e autoritária de desrespeitar a soberania dos povos e a diversidade das culturas. Nessa oportunidade, mostra-se que, apesar dos seus méritos e contribuições para o problema, é impossível alcançar essa fundamentação à luz da filosofia kantiana e da hermenêutica alemã de Heidegger e Gadamer. No segundo e no terceiro capítulos, são explicitados respectivamente as arquitetônicas da ética do discurso de Apel e da ética da libertação de Dussel, apresentando-se, a partir disso, as suas fundamentações dos direitos humanos. No quarto capítulo, inicialmente, faz-se uma contextualização do debate entre a ética do discurso e a ética da libertação no âmbito do Programa de Diálogo Filosófico Norte-Sul, ocasião em que são expostos os principais eixos temáticos do debate e as posições defendidas por Apel e Dussel em cada encontro. Em seguida, expõem-se as principais críticas mútuas entre os dois modelos teóricos, a fim de evidenciar as suas vantagens e as suas desvantagens. Por último, à luz desse diálogo, busca-se sustentar uma articulação e uma correção mútuas entre as duas teorias e, com isso, uma possível contribuição para a fundamentação filosófica dos direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos humanos. Fundamentação racional. Ética do discurso. Ética da libertação.

ABSTRACT

WEYNE, Bruno Cunha. **Philosophical foundation of human rights in the light of the dialogue between the discourse ethics and ethics of liberation.** 134p. Doctoral thesis (Ph.D). Faculty of Law, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

This research intends to investigate the necessity, the possibility and the limits of a rational foundation for human rights in the face of the challenge of cultural diversity, from the debate between Karl-Otto Apel's Discourse Ethics and Enrique Dussel's Ethics of Liberation in the framework of the International Seminars of the Philosophical Dialogue Programme North-South (1989-2002). These theories were chosen due to the fact of their reflections establishes the dialogue between the diverse cultural traditions without giving up the absolute character of ethics, standing against any ethnocentrism. Regarding the debate between them, it is understood that it contributed to a precise and profound theoretical confrontation that provided a reconstruction of both models and a true dialogue between cultures, where human rights and its philosophical foundation find an appropriate *locus*. The text is divided into four chapters. The first chapter defends the thesis that, in the context of the present multicultural society, there is a need for a rational foundation of the idea and content of human rights, establishing its validity, its scope and limits; otherwise these rights will be placed as an arbitrary and authoritarian form of disrespecting the sovereignty of the peoples and cultural diversity. At this occasion, it is shown that, despite their merits and contributions to the problem, it is impossible to achieve such a foundation in the light of Kant's philosophy and Heidegger and Gadamer's hermeneutics. In the second and third chapters, we explain the architectonic of Apel's Discourse Ethics and Dussel's Ethics of Liberation, and their foundations for human rights. In the fourth chapter, we initially contextualize the debate between the Discourse Ethics and Ethics of Liberation in the framework of the Philosophical Dialogue Programme North-South, when the main thematic axes of the debate and the positions of Apel and Dussel are exposed. Then, the main mutual criticisms between the two theoretical models, in order to highlight their advantages and disadvantages, are presented. Finally, in the light of this dialogue, we sustain a mutual articulation and correction between the two theories and, with this, a possible contribution to a philosophical foundation of human rights.

Keywords: Human rights. Rational foundation. Discourse Ethics. Ethics of Liberation.

RESUMEN

WEYNE, Bruno Cunha. **Fundamentación filosófica de los derechos humanos desde el diálogo entre la ética del discurso y la ética de la liberación**. 134p. Tesis Doctoral. Facultad de Derecho, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Esta investigación tiene por objetivo estudiar la necesidad, la posibilidad y los límites de una justificación racional de los derechos humanos frente al desafío de la diversidad cultural, desde el debate entre la ética del discurso de Karl-Otto Apel y la ética de la liberación de Enrique Dussel en el marco de los seminarios internacionales del Programa de Diálogo Filosófico Norte-Sur (1989-2002). La elección de estas teorías se debe al hecho de que sus reflexiones establecen el diálogo entre las diversas tradiciones culturales sin renunciar al carácter absoluto de la ética, posicionándose contra cualquier etnocentrismo. En cuanto al dicho debate, se entiende que ha contribuido a una confrontación teórica precisa y profunda que proporcionó una reconstrucción de los dos modelos y un verdadero diálogo entre las culturas, donde los derechos humanos y su fundamentación filosófica encuentran un *locus* oportuno. El texto se divide en cuatro capítulos. En el primero, se defiende la tesis de que hay, en el contexto de la sociedad multicultural actual, la necesidad de una justificación racional suficiente para la idea y el contenido de los derechos humanos, la cual establezca su validez, su extensión y sus límites, bajo pena de que sean puestos como una forma arbitraria y autoritaria de violar la soberanía de los pueblos y la diversidad de las culturas. En esta oportunidad, se demuestra que, a pesar de sus méritos y contribuciones al problema, es imposible alcanzar tal fundamentación a la luz de la filosofía kantiana y de la hermenéutica alemana de Heidegger y Gadamer. En los capítulos segundo y tercero, se exponen respectivamente la arquitectónica de la ética del discurso de Apel y la ética de la liberación de Dussel, así como sus fundamentaciones de los derechos humanos. En el cuarto capítulo, se hace de inicio una contextualización del debate entre la ética del discurso y la ética de la liberación en el marco del Programa de Diálogo Filosófico Norte-Sur, ocasión en que se presentan los principales ejes temáticos del debate y las posiciones defendidas por Apel y Dussel en cada encuentro. A continuación, exponemos las principales críticas mutuas entre los dos modelos teóricos, con la finalidad de resaltar sus ventajas y sus desventajas. Finalmente, a la luz de este diálogo, se busca sostener una articulación y corrección mutua entre las dos teorías y, con ello, una posible contribución a la fundamentación filosófica de los derechos humanos.

Palabras clave: Derechos humanos. Fundamentación racional. Ética del discurso. Ética de la liberación.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I – DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA.....	27
1.1 A necessidade de uma fundamentação racional dos direitos humanos	27
1.2 Contribuição e limite de Kant para uma fundamentação racional dos direitos humanos.....	38
1.3 Dificuldade de uma fundamentação racional dos direitos humanos à luz da hermenêutica alemã.....	57
CAPÍTULO II – ÉTICA DO DISCURSO E DIREITOS HUMANOS	67
2.1 Introdução à ética do discurso de Karl-Otto Apel.....	67
2.2 A ética do discurso como ética de princípios referida à história e sua divisão arquitetônica nas Partes A e B	69
2.3 A ética do discurso como ética da responsabilidade referida à história.....	71
2.4 Fundamentação dos direitos humanos sob a perspectiva da ética do discurso	75
CAPÍTULO III – ÉTICA DA LIBERTAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	77
3.1 Introdução à ética da libertação de Enrique Dussel.....	77
3.2 Arquitetônica da ética da libertação. 1ª parte: a construção da eticidade	79
3.2.1 O princípio material universal	80
3.2.2 O princípio formal moral universal	81
3.2.3 O princípio de factibilidade ética.....	83
3.3 Arquitetônica da ética da libertação. 2ª parte: o desenvolvimento da eticidade	84
3.3.1 O princípio crítico-material	84
3.3.2 O princípio moral crítico da intersubjetividade anti-hegemônica	85
3.3.3. O princípio-libertação.....	86
3.4 Fundamentação dos direitos humanos sob a perspectiva da ética da libertação	87
CAPÍTULO IV – FUNDAMENTAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO DIÁLOGO ENTRE ÉTICA DO DISCURSO E ÉTICA DA LIBERTAÇÃO.....	89
4.1 Contextualização do debate entre a ética do discurso e a ética da libertação no Programa de Diálogo Filosófico Norte-Sul (1989-2002).....	89
4.2 Críticas à ética do discurso a partir da ética da libertação	104
4.3 Críticas à ética da libertação a partir da ética do discurso	107
4.4 Correção mútua como possível contribuição do debate para uma fundamentação filosófica dos direitos humanos.....	112
CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS	127

INTRODUÇÃO

A despeito de os direitos humanos terem recebido ampla e crescente valorização político-jurídica durante as últimas décadas, encontrando-se positivados em diversos pactos e declarações internacionais e em numerosas Constituições nacionais, não é possível concluir que hoje eles são observados e respeitados em todo o mundo. Num sentido contrário, os informes relatórios mais recentes das organizações não governamentais dedicadas à causa denunciaram alarmantes violações aos direitos humanos em todos os continentes, como: prisões e detenções arbitrárias; torturas e outros maus-tratos; penas cruéis, desumanas ou degradantes; execuções extrajudiciais; desaparecimentos forçados; discriminação de minorias; genocídios; violências contra mulheres; e restrições às liberdades de expressão¹. Aliás, não se faz necessário ir longe para observá-las, já que são divulgadas com frequência nos meios jornalísticos brasileiros. Para ilustrar, convém citar dois casos recentes que aconteceram aqui no Estado do Pará: o “massacre de Pau’Darco”, considerado a segunda maior chacina no campo nos últimos vinte anos, quando, em 24 de maio de 2017, dez trabalhadores rurais sem-terra e desarmados foram executados por quinze policiais²; e as ações dos chamados “grupos de extermínio”, muitas vezes formados por policiais que perpetram execuções ilegais. Em 29 de abril de 2018, após a morte de uma policial militar, 80 pessoas foram mortas em Belém no intervalo de 7 dias, consideradas como os corpos “matáveis” dos bairros pobres³. Copiosos exemplos poderiam ser citados nesse sentido.

Da mesma maneira, não é possível contar, nos dias atuais, com um reconhecimento universal da ideia e do conteúdo desses direitos, notadamente diante do fenômeno do pluralismo cultural, que hoje, mais do que nunca – ante o crescente desenvolvimento científico-tecnológico obtido nas últimas décadas do século XX e neste século XXI – coloca indivíduos de diversas

¹ ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2017/18**: o estado dos direitos humanos no mundo. Londres, 2018. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2018. Ver também: HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2018**. Nova York, 2018. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2018>>. Acesso em: 07 nov. 2018

² Cf. TINOCO, Juliana. O massacre de pau d’arco. Por que as chacinas se repetem no sul do Pará? **Piauí**, São Paulo, Anais do conflito agrário, edição 135, dez. 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-massacre-de-pau-darco/>>. Acesso em: 07 nov. 2018

³ Cf. STABILE, ARTHUR; CRUZ, MARIA TERESA. Em Belém, morte de 80 pessoas após assassinato de PM aponta ação de grupos de extermínio. **El País Brasil**, São Paulo, 16 mai 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/15/politica/1526337257_927035.html>. Acesso em: 07 nov. 2018. Essa expressão “corpos matáveis” é utilizada na própria matéria: “A onda de matança que atinge os corpos consideráveis ‘matáveis’, pessoas que não vão falar muito por eles, normalmente em bairros mais pobres’, como afirma a tenente-coronel da reserva da PM paraense, Cristiane do Socorro Loureiro, tem gerado pânico e até mesmo a criação de alguns estigmas. Um deles é o carro prata. É uma coisa meio cega que escolhe aleatoriamente. ‘Aqui tem muito do carro prata, veículos que param e atiram. Um aluno disse que parou com seu carro perto de um bar e viu um monte de gente sair correndo. É o mito de que o carro prata chega e vai matar quem estiver aí. Carro prata significa morte agora e um toque de recorrer velado’, explica”.

tradições culturais, com diferentes cosmovisões e com distintas formas de vida em confrontação direta, obrigando-os a coexistir e a conviver no mesmo espaço social e a partilhar interesses e responsabilidades comuns. Sobre o tema, Adela Cortina afirma que tal diversidade torna difícil a convivência, pelo fato de que habitualmente uma dessas culturas seja a dominante e as demais fiquem relegadas a segundo plano, possibilitando a distinção entre “cultura de primeira classe” e “culturas de segunda classe”, que gera inevitavelmente sentimentos de injustiça e desinteresse pelas tarefas coletivas⁴. Diante disso, levanta as seguintes indagações: “Como saber-se e sentir-se cidadão igual quando a própria cultura é preterida? Como aceitar as normas políticas de uma cultura que se revela estranha?”⁵. Nesse horizonte, Enrique Dussel vai mais além para sustentar que a América Latina nasce ao mesmo tempo que a “Modernidade”, isto é, em 1492, quando a Europa descobre o novo continente e violentamente conquista e coloniza o “Outro”, mantendo-o, no entanto, “encoberto” como “o mesmo” que aquela era desde sempre⁶. Isso significou, para os habitantes que viviam na “exterioridade” da Europa, o início de um processo de dominação, de opressão e de exclusão que a imensa maioria da humanidade experimenta até hoje nas mais diversas esferas da vida humana (cultural, filosófica, religiosa, política, econômica etc.).

Em que pesem essas dificuldades, a ideia de direitos humanos parece constituir, ainda hoje, a ideia-chave à luz da qual é possível justificar as normas e instituições jurídicas⁷. Nessa perspectiva, Heiner Bielefeldt argumenta que os modernos direitos humanos se tornaram praticamente imprescindíveis, porquanto a resposta que eles ofereceram para a crise da era moderna, primeiramente no Ocidente, aplicar-se-ia hoje a situações análogas de injustiça e de crise em muitas partes do mundo. E a sua inevitabilidade independe de serem eles um avanço efetivo em relação às tradicionais figuras da ética, da política e do Direito – questão que pode ficar em aberto –, pois decisivo “é que não se apresenta alternativa humana a esses direitos”⁸. Não é outro o entendimento do filósofo indiano Raimundo Panikkar, segundo o qual uma vida autêntica ou humana no interior da megamáquina do mundo tecnológico moderno depende de

⁴ CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005. p. 139-140.

⁵ CORTINA, Adela, op. cit., p. 140.

⁶ Cf. DUSSEL, Enrique. **1492**: El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad, Ed. Nueva Utopía, Madrid, 1992.

⁷ Cf. BIELEFELDT, Heiner. **Filosofia dos direitos humanos**: fundamentos de um *ethos* de liberdade universal. Tradução de Dankwart Bernsmüller. São Leopoldo: UNISINOS, 2000. p. 52-59; HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 1. p. 133-139.

⁸ BIELEFELDT, Heiner, op. cit., p. 52-59.

serem os direitos humanos um imperativo, e a sua defesa, um *dever sagrado*, tendo em vista a forma como se define a arena política pelas atuais tendências socioeconômicas e ideológicas⁹.

Contudo, ao menos do ponto de vista de filosófico, permanece em aberto a questão de se é possível legitimar racionalmente a pretensão de validade universal desses direitos. Ora, conforme Reginaldo da Costa, se não for possível justificar, de forma racionalmente aceitável, perante todos os possíveis afetados, a pretensão deontológica de validade universal dos direitos humanos, tal pretensão será dogmática e arbitrária, independentemente do seu reconhecimento e da sua institucionalização no plano fático do Direito positivo, visto que estes não podem servir como critério suficiente de validade¹⁰.

Daí por que, para ele, é preciso refletir criticamente sobre as seguintes questões: se não houver uma fundamentação filosófica dos direitos humanos capaz de obter reconhecimento racional por parte de todos os seres humanos – inclusive por parte dos seus opositores e críticos –, devem eles ser tomados como mais valiosos do que as normas morais e jurídicas reconhecidas por diferentes culturas e tradições? Não seria essa postura arbitrária, uma vez que tais direitos, carentes de uma justificação suficiente, seriam impostos autoritariamente para todas as culturas e tradições, em desrespeito à autodeterminação dos povos?¹¹ A essas perguntas, ainda se podem acrescentar outras correlatas: afinal, quando os direitos humanos alcançaram reconhecimento e justificação suficiente? E, principalmente: *é possível, diante do desafio da diversidade cultural, uma fundamentação racional desses direitos perante todos os possíveis afetados e afetáveis?*

É no contexto desses questionamentos que se resolveu desenvolver esta tese. O seu objetivo é investigar a necessidade, a possibilidade e os limites de uma fundamentação racional (filosófica) suficiente dos direitos humanos ante o desafio da diversidade cultural – no contexto ético-político e ético-jurídico do século XXI. Para cumprir essa tarefa, algumas decisões sobre seu referencial teórico precisaram ser tomadas. A primeira foi a de optar pela ênfase no exame do problema da fundamentação dos direitos humanos, e não nos problemas da sua definição em termos teóricos ou da sua efetivação prática. Estes, sem dúvida, são temas correlatos igualmente importantes, porém aqui a abordagem dos direitos humano é feita a partir da perspectiva do seu fundamento no sentido da filosofia, do seu *porquê* mais profundo, por entendê-lo como um

⁹ PANIKKAR, Raimundo. Seria a noção de direitos humanos um conceito ocidental? Tradução de Roberto Cataldo Costa. In: BALDI, César Augusto (Org.). **Direitos humanos na sociedade cosmopolita**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 205-238. p. 236.

¹⁰ COSTA, Reginaldo da. Justificação racional, idéia de direitos humanos e multiculturalidade. **Nomos: Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC, Fortaleza**, v. 28, p. 279-288, jul./dez. 2008. p. 279.

¹¹ *Ibid.*, p. 279.

momento prévio necessário para a compreensão de todos os demais dilemas que giram em torno desses direitos.

Assim sendo, escolheu-se analisar os direitos humanos com base na filosofia, e não na teologia, na antropologia, na psicologia etc. Isso porque a filosofia, como explica Manfredo Oliveira de Araújo, é o saber que se propõe a investigar os fundamentos da vida humana e de toda a realidade, estabelecendo a exigência de uma justificação dos valores e das instituições que, muito embora vigentes em certa sociedade, já não são aceitos como verdades evidentes ou inquestionáveis, submetendo-os ao julgamento da razão para demonstrar a sua *razão de ser*. Nesse horizonte, a filosofia emergiu sob a forma de uma atitude crítica em relação às atividades humanas em geral, quer dizer, “como reflexão crítica e julgadora do mundo vivido, uma espécie de *tribunal da razão*, como se vai dizer mais tarde, no século XVIII, para criticar e julgar as produções da vida humana através das quais [o homem] procura conquistar-se como homem”¹². Acredita-se, por conseguinte, que a filosofia pode prestar um serviço ao Direito nesta busca de uma base teórica mais segura e precisa para a ideia de direitos humanos.

Além disso, entre as diversas doutrinas filosóficas, optou-se buscar uma resposta à pergunta pela fundamentação dos direitos humanos à luz de duas correntes contemporâneas de renovação da Ética que podem ser consideradas como alternativas às vertentes tradicionais de fundamentação dos direitos humanos¹³: a ética do discurso, fundada pelo filósofo alemão Karl-Otto Apel na década de 1970 e posteriormente desenvolvida, com profundas modificações, por Jürgen Habermas; e a ética da libertação, elaborada no mesmo período pelo filósofo argentino Enrique Dussel.

A opção por esses dois modelos de fundamentação deve-se, em primeiro lugar, ao fato de ambos os filósofos sustentarem uma reflexão que estabelece o diálogo entre as diversas tradições culturais e estilos de vida sem abrir mão do caráter absoluto da ética, esquivando-se de qualquer etnocentrismo. Ambos os autores, nessa perspectiva, a despeito das diferenças nos planos metodológico e sistemático, firmam-se no programa “razão” levado a efeito desde Kant na *Crítica da Razão Pura* e sua reviravolta copernicana do pensamento, mas, ao mesmo tempo,

¹² OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Sobre a fundamentação**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 11. “Nesta perspectiva, a filosofia inaugurou uma forma de vida nova, uma vida não mais simplesmente garantida pela tradição acriticamente recebida, mas conquistada e gestada através de um processo argumentativo, ou seja, onde a convivência e o acordo entre os homens são criticamente fundamentados. É precisamente isto que se convencionou chamar de *civilização da razão*, uma vida intersubjetiva tornada possível pela mediação da reflexão crítica radical”. Ibidem, p. 11.

¹³ Além dos modelos tradicionais de fundamentação dos direitos humanos – o jusnaturalista e o juspositivista –, outros também podem ser mencionados, como, por exemplo, o marxista e o sociológico. Nesse sentido cf. CULLETON, Alfredo; BRAGATO, Fernanda Frizzo; FAJARDO, Sinara Porto. **Curso de direitos humanos**. São Leopoldo: Unisinos: 2009. p. 19-26.

reconhecem o solipsismo metódico de uma filosofia ancorada na subjetividade – a exemplo da filosofia de Kant – e a necessidade de superação do “paradigma da consciência” em direção ao “paradigma linguístico” (*linguistic turn*), buscando, a partir disso, reformular o imperativo categórico para alcançar a universalidade moral¹⁴. Em poucas palavras: tanto a ética do discurso quanto a ética da libertação operam a passagem de uma razão monológica e subjetiva a uma razão dialógica e intersubjetiva.

Em segundo lugar, a escolha também se deu pelo fato de que essas duas correntes éticas e seus respectivos “fundadores” deram início e foram as figuras centrais, por, pelo menos, uma década, do *Programa de Diálogo Filosófico Norte-Sul*: um foro internacional de discussão que tinha como escopo impulsionar o diálogo intercultural em Filosofia enquanto método para a superação da dependência, da assimetria e de colonialismo vigentes no saber filosófico, como explica o seu criador e coordenador, Raúl-Fornet Betancourt¹⁵. Os cinco primeiros Seminários Internacionais do programa, os quais ocorreram entre 1989 e 1995, tiveram como eixo temático a questão da fundamentação da ética na filosofia atual à luz da ética do discurso, pelo Norte, e da ética da libertação, pelo Sul. Apel e Dussel continuaram o debate acerca dos desdobramentos de suas teorias até o início dos anos 2000¹⁶.

Ainda que se reconheça as limitações desse diálogo¹⁷, ele contribuiu não somente para uma confrontação teórica precisa e profunda que proporcionou uma reconstrução dos dois

¹⁴ De acordo com Apel, “Desde a Crítica da Razão Pura, de Kant, a autocrítica da razão (na qual a razão figura no *genitivus objectivus* e no *genitivus subjectivus*) é reconhecida como reivindicação legítima e até como tarefa permanente da filosofia”. APEL, Karl-Otto. O desafio da crítica total da razão e o programa de uma teoria filosofia dos tipos de racionalidade. Tradução de Márcio Suzuki. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 23, p. 67-84, mar. 1989.

¹⁵ Cf. FORNET-BETANCOURT, Raúl. El programa de diálogo norte-sur. Historia de un proceso y balance provisional. In: _____; SENET, Juan Antonio (Ed.). **Filosofía para la convivencia**: caminos de diálogos norte-sur. Sevilla: MAD, 2004. p. 185-194.

¹⁶ Como antecipado, o diálogo entre a ética discursiva apeliana e a ética dusseliana da libertação inicia-se em 1989 em Friburgo na Alemanha, por ocasião do I Seminário Internacional do Programa de Diálogo Filosófica Norte-Sul, organizado por Raúl-Fornet Betancourt sob o título *Philosophie der Befreiung. Begründungen von Ethik in Deutschland um Lateinamerika heute* (Filosofia da libertação. Fundamentação da ética na Alemanha e na América Latina hoje), no qual estiveram presentes Karl-Otto Apel e Enrique Dussel, assim como cinquenta outros acadêmicos que participaram ativamente. O debate teve continuação em vários momentos: em 1991, na Cidade do México; em 1992, em Mainz (Alemanha); em 1993, em Moscou, no XIX Congresso Mundial de Filosofia; em 1993, em São Leopoldo (Brasil); em 1995, em Eichstätt (Alemanha); em 1996, em Aachen (Alemanha); em 1997, na Cidade de México; em 1998, em El Salvador; e, em 2002, novamente na Cidade de México. Quase a totalidade desse diálogo pode ser encontrada nas seguintes obras: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique; FORNET-BETANCOURT, Raúl. **Fundamentación de la ética y filosofía de la liberación**. México, D.F.: Siglo XXI, 1992; SIDEKUM, Antonio (Org.). **Ética do discurso e filosofia da libertação**: modelos complementares. São Leopoldo: UNISINOS, 1994; DUSSEL, Enrique (Comp.). **Debate en torno a la ética del discurso de Apel**: diálogo filosófico Norte-Sur desde América Latina. México, D.F.: Siglo XXI, 1994; APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Trotta, 2004; FORNET-BETANCOURT, Raúl; SENET, Juan Antonio (Ed.). **Filosofía para la convivencia**: caminos de diálogos norte-sur. Sevilla: MAD, 2004.

¹⁷ A esse respeito cf. FORNET-BETANCOURT, Raúl, op. cit. Ver igualmente: SALAMANCA, Antonio. **Yo soy guardián mundial de mi hermano**: hacia la universalización ética de la opción por el pobre desde el pensamiento de K.-O. Apel, E. Dussel y X. Zubiri. Frankfurt am Main: IKO – Verlag für Interkulturelle Kommunikation, 2003.

modelos¹⁸, mas também para um verdadeiro *diálogo entre culturas* no qual os direitos humanos e a sua fundamentação filosófica encontram um *locus* apropriado, como se infere de trechos do correspondente verbete de autoria de Fornet-Betancourt na *Enciclopédia Latino-Americana dos Direitos Humanos*:

["DIÁLOGO ENTRE CULTURAS"] [...] Se aceitarmos o pressuposto de caráter sistemático que nos diz que os direitos humanos podem ser compreendidos como resposta a experiências extremas de sofrimento e injustiça, cremos que resulta coerente propor que o debate intercultural sobre os direitos humanos se oriente também na ideia de que os direitos humanos são, antes de tudo, parte integrante de uma tradição aberta da memória de libertação da humanidade que pode ser qualificada como 'transcendente' das culturas, no sentido de que é uma tradição que trabalha, em toda cultura, contra a tendência à *damnatio memoriae* que alimentam os processos interessados numa estabilização hegemônica da cultura.

Em outras palavras: os direitos humanos devem ser analisados à luz de uma conexão com a dialética da opressão e libertação que se constata em qualquer tradição cultural, por diversa que seja a forma na qual possa manifestar-se; e considerá-los, por certo, como um desenvolvimento histórico concreto que vai cristalizando um *ethos* de libertação humana como alternativa de emancipação face às condições de dominação que desprezam o ser humano¹⁹.

Assim, percebe-se que as escolhas teóricas descritas acima procuram viabilizar uma análise articulada dos temas direitos humanos, fundamentação racional e diálogo intercultural. Pode-se, então, formular outro questionamento central que esta tese busca enfrentar: *o diálogo entre a ética do discurso apeliana e a ética da libertação dusseliana pode contribuir com a tarefa de uma fundamentação racional dos direitos humanos apontada acima?*

Antes de avançar, faz-se necessário um breve esclarecimento acerca do significado da expressão "fundamentação racional" nos limites deste trabalho. Ela deve ser compreendida no sentido uma fundamentação filosófica última ou absoluta, ou seja, cuja validade não se pode refutar, por ser inevitável e racionalmente necessária. Na explicação de Alfredo Culleton, trata-se da fundamentação "que se funda em princípios aos quais se pode atribuir uma validade atual indiscutível, e que no discurso fundamentador não pode se detectar inconsistências no momento em que é formulado"²⁰. É a esse sentido que se faz referência não apenas no título deste trabalho, como também quando são empregados os termos "fundamentação", "justificação", "validação" e "legitimação". Ademais, é preciso ressaltar que se está ciente da crítica do racionalismo crítico

¹⁸ Cf. SCHELKSHORN, Hans. Discurso y liberación. In: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. *Ética del discurso y ética de la liberación*. Madrid: Trotta, 2004. p. 11-28. p. 26-28.

¹⁹ FORNET-BETANCOURT, Raúl. Diálogo entre culturas. In: SIDEKUM, Antonio; WOLKMER, Antonio Carlos; RADAELLI, Samuel Manika (Org.). *Enciclopédia latino-americana dos direitos humanos*. Blumenau: Edifurb; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2016. p. 166-171, p. 167.

²⁰ CULLETON, Alfredo. Por que e onde buscar um princípio fundador para os direitos humanos? *Estudos Jurídicos*, São Leopoldo, v. 40, n. 2, p. 57-59, jul./dez. 2007. p. 59.

de Hans Albert, segundo a qual toda tentativa de fundamentação lógico-formal de sentenças a partir de sentenças leva inevitavelmente a três alternativas inaceitáveis racionalmente (*trilema de Münchhausen*): um *regresso ao infinito*, um *círculo lógico* ou uma *interrupção arbitrária do procedimento*²¹. Também se está ciente, nesse sentido, de que a posição filosófica dominante é a de que deve ser abandonada o pensamento da fundamentação última ou absoluta, juntamente com o conceito tradicional de metafísica, cuja estrutura de fundamentação é incapaz de superar a mencionada crítica²². Entretanto, com Apel – no que Dussel parece segui-lo –, defender-se-á a tese no sentido da necessidade e da possibilidade de uma fundamentação última da ética que consiga superar os limites da ciência empírica e da metafísica ontológica tradicional, entre outros obstáculos e *déficits* que serão estudados já no capítulo inaugural do trabalho.

Pois bem, para responder às perguntas acerca de uma fundamentação racional dos direitos humanos e da contribuição do debate entre a ética do discurso e a ética da libertação ao tema, esta tese divide-se em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, sustenta-se, de início, a tese de que há, no contexto da atual sociedade multicultural, a necessidade de uma fundamentação racional suficiente da ideia e do conteúdo dos direitos humanos, que estabeleça sua validade, sua extensão e seus limites, sob pena de serem tais direitos postos como forma arbitrária e autoritária de desrespeitar a soberania dos povos e a diversidade cultural. Em seguida, mostra-se que, embora Kant tenha denunciado o dogmatismo na metafísica da tradição ocidental – e, com isso, demonstrado a impossibilidade de uma ontologia de cunho científico –, a sua filosofia não é suficientemente crítica para superar tal dogmatismo e, assim, proporcionar um critério suficiente para a fundamentação dos direitos humanos, uma vez que renuncia a uma fundamentação transcendental da lei moral em favor de um *factum* autoevidente da razão, caindo, ainda, num solipsismo metódico que é desmascarado pela hermenêutica alemã de Heidegger e Gadamer. No último momento do capítulo, demonstra-se que, apesar de seus méritos, especialmente ao demonstrar a historicidade da pré-estrutura da compreensão, a aludida hermenêutica tampouco tem condições de oferecer uma fundamentação racional para os direitos humanos, por não haver dado conta da problemática transcendental da validade ou da justificação do sentido.

No segundo e no terceiro capítulos, busca-se explicitar respectivamente os modelos de fundamentação da ética do discurso de Apel e da ética da libertação de Dussel. Em ambos,

²¹ ALBERT, Hans. **Tratado da razão crítica**. Tradução de Idalina Azevedo da Silva, Érika Gudde e Maria José P. Monteiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 26-27.

²² Cf. LUDWIG, Celso Luiz. A transformação da filosofia e a libertação. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 44, p. 43-59, 2006. p. 45-47.

de início, apresentam-se o conceito, as características e o alcance da ética do discurso e da ética da libertação. Em seguida, passa-se propriamente ao estudo da fundamentação da ética a partir da arquitetura desses dois modelos. Com relação à ética do discurso, mostra-se como Apel, a partir de uma transformação pragmático-transcendental da filosofia kantiana, constrói uma ética universal de princípios que é, ao mesmo tempo, referida à história. No que concerne à ética da libertação, é apresentada a formulação de Dussel mais acabada, desenvolvida – como ele mesmo reconhece – a partir do debate com Apel: uma ética também de princípios e com pretensões de universalidade, contudo, acrescida dos momentos material e crítico. Ao final de cada um dos capítulos, expõem-se as suas respectivas fundamentações dos direitos humanos.

No quarto capítulo, pretende-se, de início, situar a discussão e, para tanto, explicita-se o contexto do debate entre ética do discurso e ética da libertação no âmbito do Programa de Diálogo Filosófico Norte-Sul de 1989 a 2002. Mostra-se, nesse sentido, como, quando e onde ele começou e se desenvolveu, bem como os principais eixos temáticos do debate e as posições defendidas por Apel e por Dussel em cada encontro. Em seguida, são explicitadas as principais críticas mútuas entre os dois modelos teóricos, de modo a revelar os seus pontos fortes e os seus pontos fracos. No momento final do trabalho, à luz do diálogo travado entre a ética do discurso e a ética da libertação, investiga-se uma articulação e uma correção mútua entre as duas teorias e, com isso, uma possível contribuição para a fundamentação filosófica dos direitos humanos.

CONCLUSÃO

Com as reflexões realizadas, buscou-se apresentar a necessidade, a possibilidade e os limites de uma fundamentação racional dos direitos humanos frente ao desafio da diversidade cultural, a partir do debate entre a ética do discurso de Karl-Otto Apel e a ética da libertação de Enrique Dussel no âmbito dos Seminários Internacionais do Programa de Diálogo Filosófico Norte-Sul de 1989-2002. O que se quis foi explicitar as bases em que podem ser fundamentados filosoficamente os direitos humanos e se os dois modelos éticos referidos possuem condições de, após o diálogo entre eles realizados por mais de uma década, contribuir com a tarefa de uma fundamentação racional dos direitos humanos. Pelo exposto neste trabalho, foi possível chegar a algumas conclusões conforme o que se segue.

No contexto da atual sociedade multicultural, verifica-se a necessidade de uma fundamentação racional suficiente da ideia e do conteúdo dos direitos humanos, que estabeleça a sua validade, a sua extensão e os seus limites, sob pena de serem esses direitos postos como forma arbitrária e autoritária de desrespeitar a soberania dos povos e a diversidade das culturas. Assim, apesar de os direitos humanos existirem no âmbito fático do direito positivo, estando já consagrados em diversos Pactos, Declarações e Constituições, esse mero reconhecimento fático (a pura vontade daqueles que os instituíram) não pode servir de critério suficiente para justificar seu reconhecimento e seu cumprimento. Isso porque, de um lado, a ideia de direitos humanos implica a atribuição de direitos a cada ser humano, para além da cultura ou da tradição em que cada um está inserido e, de outro lado, cada cultura particular, em respeito à autodeterminação dos povos, deve poder eleger livremente seus direitos e os fundamentos desses direitos. Assim, para que a ideia de direitos humanos não seja tida apenas como uma forma de expressão de uma cultura particular, deve-se justificá-la como racionalmente aceitável perante todo interlocutor que lhe faça qualquer objeção.

Nessa tarefa de fundamentação racional dos direitos humanos, observou-se que, a despeito da sua importante contribuição ao demonstrar a impossibilidade da ontologia enquanto conhecimento válido, a filosofia de Kant não supera o totalmente o dogmatismo da metafísica ontológica da tradição ocidental, visto que se funda numa razão que é dogmaticamente posta como um *factum* e que solipsisticamente, sem consultar outras culturas e tradições, considera-se capaz de decidir sobre o que é válido universalmente. Percebe-se, da mesma forma, que, apesar dos seus méritos ao desmascarar o solipsismo metódico da razão kantiana e ao demonstrar corretamente que a compreensão humana se articula já sempre a partir de um

horizonte de sentido, a hermenêutica alemã de Heidegger e de Gadamer não está à altura de oferecer um critério racional para uma fundamentação dos direitos humanos, por possuir um *déficit* de reflexividade, quer dizer, por não ter dado conta da problemática transcendental da validade ou da justificação do sentido.

Em seguida, explicitou-se as construções arquitetônicas da ética do discurso e da ética da libertação, como forma, inclusive, de abrir caminho para o debate entre esses modelos. Nesse sentido, a ética do discurso de Apel busca transformar discursivamente o princípio de universalização formal kantiano, substituindo-o pelo princípio – já sempre pressuposto por todo ato de argumentar – da capacidade de consenso sobre todas as normas entre todos os afetados, bem como considerando, já no plano da fundamentação, a questão dos condicionamentos fático-históricos da aplicação das normas. Assim, à luz da ética do discurso, são válidas as normas de que possam obter o consentimento de todos os afetados e cujas consequências diretas e indiretas possam também por estes ser aceitas, sem objeções, o que se aplica aos direitos humanos.

Frente ao formalismo da ética do discurso e partindo do fato da exclusão da maioria da humanidade do processo da Modernidade e de globalização do capitalismo mundial, a ética da libertação nasce com a pretensão de reabilitar a questão fundamental do conteúdo material da ética. Para tanto, Dussel elabora a sua arquitetura com seis princípios e a divide em duas partes: na primeira, expõe os fundamentos da ética da libertação ou a construção da “eticidade” (o “bem”) a partir dos princípios material, formal e da factibilidade; na segunda, expõe o que denomina de ética crítica, onde se dá o “desenvolvimento” da eticidade (a crítica libertadora) a partir dos princípios crítico-material, o da validade antihegemônica e o da práxis da libertação. Dussel não rejeita a ética do discurso, já que pretende subsumi-la a uma arquitetura (material, realista e crítica). A norma básica procedimental constitui só um dos momentos éticos, servindo para aplicar o princípio material (a reprodução e o desenvolvimento da vida do sujeito humano). Logo, à luz da ética da libertação, para uma ação ou uma norma – inclusive de direitos humanos – fundamentar-se racionalmente, faz-se necessário, além de permitir viver e de permitir uma participação simétrica nos acordos, ser factível segundo a razão instrumental e estratégica, e, principalmente, possibilitar a negação e a transformação críticas do sistema vigente que causa o sofrimento das vítimas.

Depois de estudadas as arquitetônicas da ética do discurso e da ética da libertação, dedicou-se a etapa final do trabalho ao exame do debate entre os representantes desses modelos realizado no Programa de Diálogo Filosófico Norte-Sul, sobretudo o “caminho” argumentativo de Apel e de Dussel em cada um dos encontros, bem como das principais críticas que dirigiram

um ao outro, a fim de se evidenciar os limites de cada modelo e de uma possível correção mútua entre eles no que tange à questão da fundamentação dos direitos humanos.

Nessa tarefa, resultam claras as forças e as debilidades de cada teoria. Em síntese, pode-se afirmar que a ética do discurso, com sua reflexão pragmático-transcendental, se mostra mais sólida no diz respeito ao fundamento da teoria filosófica. Nesse passo, a ética da libertação, ao optar por uma antecipação parcial da universalidade em favor do oprimido, sem se preocupar com uma validação intersubjetiva desse pressuposto, revela-se insegura ante o ceticismo ético. Aliás, ela própria trabalha numa situação argumentativa em que não pode evitar os pressupostos da ética do discurso. De outro lado, embora a ética do discurso reconheça o fato da exclusão do oprimido, encontra dificuldades para enfrentá-lo, entre outros motivos, porque existem diversas situações de exclusão que dificilmente podem ser corrigidas só no plano das argumentações, exigindo, ainda, a pressão da luta pelo reconhecimento e o influxo de novas experiências, como destaca Albrecht Wellmer. Nesse sentido, a crítica de Dussel a Apel mostra ser correta quanto aos temas fáticos da ética do discurso, onde os problemas econômicos globais não estão tratados de maneira suficiente. Observa-se, dessa maneira, que a ética da libertação, a partir da experiência da exterioridade do outro, consegue ir mais a fundo na problemática da responsabilidade e da solidariedade no âmbito da fundamentação dos direitos humanos.

O debate entre ética do discurso e ética da libertação pode, portanto, contribuir para a tarefa de fundamentação racional dos direitos humanos, e isso não só pelo fato de que ambos os modelos contemplam a exigência racional dialógica e, ao mesmo tempo, compatibilizam-na com as responsabilidades particulares (dos indivíduos, grupos sociais, países etc.) assumidas frente à realidade histórica, mas também, e sobretudo, pelo fato de tal diálogo ter impulsionado, mais que uma correção teórica recíproca, uma transformação mútua, pode-se dizer, no sentido de uma nova forma de reflexão filosófica, que pensa de e para processos e mundos reais, e que deixa de ser “monocultural” para se tornar “intercultural”, na medida em que pressupõe como inevitável a interação, o diálogo e a convivência pacífica entre as culturas.

Entende-se, por tudo isso, que o diálogo entre a ética do discurso e a ética da libertação pode proporcionar uma fundamentação filosófica dos direitos humanos enquanto ideia que transcende as tradições culturais e que pode ser compreendida historicamente como respostas às lutas e às experiências extremas de sofrimento e injustiça.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Hans. **Tratado da razão crítica**. Tradução de Idalina Azevedo da Silva, Érika Gudde e Maria José P. Monteiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica**: a teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica. Tradução de Zilda Hutchinson Schild Silva. 2. ed. São Paulo: Landy, 2005.

_____. **Constitucionalismo discursivo**. Tradução de Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

ALMEIDA, Guido Antônio de. Crítica, dedução e facto da razão. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 57-84, 1999.

ANDORNO, Roberto. A noção paradoxal de dignidade humana. Tradução de Bruno Cunha Weyne. **Revista Bioética**, Brasília, Conselho Federal de Medicina v. 17, n. 3, p. 435-449, 2009.

_____. Human dignity and human rights as a common ground for a Global Bioethics. **Journal of Medicine and Philosophy**, v. 34, issue 3, p. 223-240, 2009.

_____. La notion de dignité humaine est-elle superflue en bioéthique? **Revue Générale de Droit Médical**, n. 16, p. 95-112, jul. 2005

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2017/18**: o estado dos direitos humanos no mundo. Londres, 2018. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

APEL, Karl-Otto. **Transformación de la filosofía**: análisis del lenguaje, semiótica, hermenéutica. Tradução de Adela Cortina, Joaquín Chamorro e Jesus Conill. Madrid: Taurus, 1985. Tomo I.

_____. **Transformación de la filosofía**: el *a priori* de la comunidade de la comunicación. Tradução de Adela Cortina, Joaquín Chamorro e Jesus Conill. Madrid: Taurus, 1985.

_____. O desafio da crítica total da razão e o programa de uma teoria filosofia dos tipos de racionalidade. Tradução de Márcio Suzuki. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 23, p. 67-84, mar. 1989.

_____. Fundamentação última não-metafísica? In: STEIN, Ernildo; BONI, Luís A. de (Org.). **Dialética e liberdade**: Festschrift em homenagem a Carlos Roberto Cirne Lima. Petrópolis: Rio de Janeiro; Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993. p. 305-326.

_____. A ética do discurso em face do desafio da filosofia da libertação latino-americana. In: SIDEKUM, Antonio (Org.). **Ética do discurso e filosofia da libertação**: modelos complementares. São Leopoldo: UNISINOS, 1994. p. 19-41.

_____. **Estudios de moral moderna**. Tradução de Benno Dischinger. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Teoría de la verdad y ética del discurso**. Tradução de Norberto Smilg. Barcelona: Paidós, 1995.

_____. **Estudios éticos**. Traducción de Carlos de Santiago. México, D.F.: Fontamara, 1999.

_____. O problema do multiculturalismo à luz da ética do discurso. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. **Ethica: Cadernos Acadêmicos**, Rio de Janeiro. v. 7, n. 1, p. 9-34, 2000.

_____. **Transformação da filosofia I: filosofia analítica, semiótica, hermenêutica**. Tradução de Paulo Astor Soeth. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Transformação da filosofia II: o a priori da comunidade de comunicação**. Tradução de Paulo Astor Soeth. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. La ética del discurso como ética de la responsabilidad. Una transformación postmetafísica de la ética de Kant. In: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Trotta, 2004. Cap. I, p. 45-72.

_____. La pragmática trascendental y los problemas éticos Norte-Sur. In: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Trotta, 2004. Cap. III, p. 127-140.

_____. La “ética del discurso” ante el desafío de la “filosofía de la liberación”. Un intento de respuesta a Enrique Dussel. In: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Trotta, 2004. Cap. VI, p. 183-215.

_____. ¿Puede considerarse el desafío de la ética de la liberación como un desafío a la *parte B* de la ética del discurso? In: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Trotta, 2004. Cap. XI, p. 309-337.

_____. El problema da la justicia en una sociedad multicultural. In: FORNET-BETANCOURT, Raúl; SENET, Juan Antonio (Ed.). **Filosofía para la convivencia: caminos de diálogos norte-sur**. Sevilla: MAD, 2004. Cap. XIV, p. 195-215.

_____; DUSSEL, Enrique; FORNET-BETANCOURT, Raúl. **Fundamentación de la ética y filosofía de la liberación**. México, D.F.: Siglo XXI, 1992.

_____; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Trotta, 2004.

BEUCHOT, Mauricio. Los derechos humanos y su fundamentación filosófica. **Cuadernos de fe y cultura n° 3**. 2. ed. Guadalajara, México: Universidad Iberoamericana e Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Occidente, 2002.

BIELEFELDT, Heiner. **Filosofia dos direitos humanos: fundamentos de um *ethos* de liberdade universal**. Tradução de Dankwart Bernsmüller. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

_____. Os direitos humanos num mundo pluralista. Tradução de Bruno Cunha Weyne. **Pensar**: Revista do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 166-174, jul./dez. 2008.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003. v. 1.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

COSTA, Reginaldo da. **Ética do discurso e verdade em Apel**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

_____. **Ética e filosofia do direito**. Fortaleza: ABC, 2006.

_____. Justificação racional, idéia de direitos humanos e multiculturalidade. **Nomos**: Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC, Fortaleza, v. 28, p. 279-288, jul./dez. 2008.

CULLETON, Alfredo. Por que e onde buscar um princípio fundador para os direitos humanos? **Estudos Jurídicos**, São Leopoldo, v. 40, n. 2, p. 57-59, jul./dez. 2007. p. 59.

_____; BRAGATO, Fernanda Frizzo; FAJARDO, Sinara Porto. **Curso de direitos humanos**. São Leopoldo: Unisinos: 2009.

DEKENS, Olivier. **Compreender Kant**. Tradução de Paula Silva. São Paulo: Loyola, 2008.

DUSSEL, Enrique. **Ética comunitária**. Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Método para uma filosofia da libertação**: superação analética da dialética hegeliana. Tradução de Jandir João Zanutelli. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. **1492**: El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad, Ed. Nueva Utopía, Madrid, 1992.

_____. **Apel, Ricouer y Rorty y la filosofía de la liberación**: con respuestas de Karl-Otto Apel y Paul Ricouer. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara, 1993.

_____. (Comp.). **Debate en torno a la ética del discurso de Apel**: diálogo filosófico Norte-Sur desde América Latina. México, D.F.: Siglo XXI, 1994.

_____. **Filosofia da libertação**: crítica à ideologia da exclusão. Tradução de Georges I. Maissiat. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. Autopercepción intelectual de un proceso histórico. **Revista Anthropos**. Huellas del conocimiento: “Enrique Dussel. Un proyecto ético y político para América Latina”, n. 180, p. 13-36, septiembre-octubre 1998.

_____. Ética material, formal y crítica. **Utopía y praxis latinoamericana**: revista internacional de filosofía iberoamericana y teoría social, Maracaibo (Venezuela), a. 3, n. 4, p. 7-32, 1998.

_____. Derechos humanos y ética de la liberación (pretensión política de justicia y la lucha por el reconocimiento de los nuevos derechos) In: DUSSEL, Enrique. **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Desclée, 2001. p. 145-157.

_____. La transformación del sistema del derecho. In: DUSSEL, Enrique. **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Desclée, 2001. Cap. VIII, p. 159-169.

_____. La Introducción de la *Transformación de la filosofía* de K.-O. Apel y la filosofía de la liberación. In: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Trotta, 2004. Cap. II, p. 73-125.

_____. La razón del Otro. La “interpelación” como acto de habla. In: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Trotta, 2004. Cap. IV, p. 140-170.

_____. Del escéptico al cínico (Del oponente de la ética del discurso al de la filosofía de la liberación). In: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Trotta, 2004. Cap. V, p. 171-181.

_____. Respuesta inicial a Karl-Otto Apel y Paul Ricoeur (Sobre el “sistema-mundo” e a “económica” desde la “razón ética” como origen do proceso de liberación). In: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Trotta, 2004. Cap. VII, p. 217-247.

_____. Ética de la liberación (Hacia el “punto de partida” como ejercicio de la “razón ética originaria”). In: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Trotta, 2004. Cap. IX, p. 269-289.

_____. La ética de la liberación ante la ética del discurso. In: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Trotta, 2004. Cap. X, p. 291-307.

_____. Hacia una arquitectónica de la ética de la liberación. In: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Trotta, 2004. Cap. XII, p. 339-366.

_____. Estado de guerra permanente y razón crítica. In: FORNET-BETANCOURT, Raúl; SENET, Juan Antonio (Ed.). **Filosofía para la convivencia**: caminos de diálogos norte-sur. Sevilla: MAD, 2004. Cap. V, p. 77-92.

_____. **Filosofía de la liberación**. México: FCE, 2011.

_____. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M.E. Orth. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. Em lugar de uma conclusão: da necessidade de um novo giro no programa de diálogo. In: SIDEKUM, Antonio (Org.). **Ética do discurso e filosofia da libertação: modelos complementares**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994. p. 261-264.

_____. El programa de diálogo norte-sur. Historia de un proceso y balance provisional. In: FORNET-BETANCOURT, Raúl; SENET, Juan Antonio (Ed.). **Filosofía para la convivencia: caminos de diálogos norte-sur**. Sevilla: MAD, 2004. p. 185-194.

_____. Diálogo entre culturas. In: SIDEKUM, Antonio; WOLKMER, Antonio Carlos; RADAELLI, Samuel Manika (Org.). **Enciclopédia latino-americana dos direitos humanos**. Blumenau: Edifurb; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2016. p. 166-171.

_____. SENET, Juan Antonio (Ed.). **Filosofía para la convivencia: caminos de diálogos norte-sur**. Sevilla: MAD, 2004.

GADAMER, Hans-Gorg. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 11. ed. Petrópolis: Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011.

GLENDON, Mary Ann; ABRAMS, Elliott. Reflections on the UDHR (Universal Declaration of Human Rights). **First Things: A Monthly Journal of Religion and Public Life**, n. 82, p. 23-27, abr. 1998. Disponível em: <<http://www.leaderu.com/ftissues/ft9804/articles/udhr.html>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1989.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 1.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HERNÁNDEZ PIÑERO, María Aránzazu. Introducción: El debate entre ética del discurso y ética de la liberación. In: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Trotta, 2004. p. 29-44.

HERRERO, Francisco Javier. **Religião e história em Kant**. Tradução de José A. Ceschia. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. Ética do discurso. In: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 163-192.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2018**. Nova York, 2018. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2018>>. Acesso em: 07 nov. 2018

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Tradução de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Porto: Porto Editora, 1995.

_____. **Crítica da razão prática**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. **A metafísica dos costumes**. Tradução de José Lamego. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução de João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUDWIG, Celso Luiz. A transformação da filosofia e a libertação. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 44, p. 43-59, 2006. p. 45-47.

MALIANDI, Ricardo. Concepto y alcance de la “ética del discurso” en Karl-Otto Apel. **Tópicos: Revista de Filosofía de Santa Fe (Rep. Argentina)**, Santa Fe, n. 10, p. 59-72, 2002.

_____. Liberación, discurso y razón primigenia. **Agora Philosophica**. Revista Marplatense de Filosofía, Mar del Plata, v. VI, n. 12, p. 57-70, dic. 2005.

MALUSCHKE, Günther. A dignidade humana como princípio ético-jurídico. **Nomos: Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC**, Fortaleza, v. 27, p. 95-117, jul./dez. 2007.

MARITAIN, Jacques. **O homem e o Estado**. Tradução de Alceu Amoroso Lima. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1966

MARTÍNEZ, Alejandro Rosillo. **Fundamentação dos direitos humanos desde a filosofia da libertação**. Tradução de Ivone Fernandes Morcilo Lixa e Lucas Machado Facundes. Ijuí: Unijuí, 2015.

MENDIETA, Eduardo. Introducción: política en la era de la globalización: crítica de la razón política de E. Dussel. In: DUSSEL, Enrique. **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Desclée, 2001. p. 15-39.

MICHELINI, Dorando. Ética discursiva y legitimidad democrática. In: APEL, Karl-Otto et al. (Ed.). **Ética comunicativa y democracia**. Barcelona: Crítica, 1991. p. 321-342. p. 324.

_____. Éticas uniprincipistas y pluriprincipistas. El problema de fundamentación en la Ética del Discurso y en la Ética de la Liberación. In: _____; MALIANDI, Ricardo; DE ZAN, Julio (Ed.). **Ética del discurso: recepción y críticas desde América Latina**. Río Cuarto: Ediciones del ICALA, 2007. p. 175-212.

NIETZSCHE, Friedrich. A filosofia na época trágica dos gregos, §§ 9, 10, 11, 12 e 13. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. In: SOUZA, José Cavalcante de (Org.). **Os**

pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p.127-138.

NINO, Carlos Santiago. **Ética y derechos humanos:** un ensayo de fundamentación. 2. ed. Buenos Aires: Astrea, 2007.

_____. **Introducción al análisis del derecho.** 2. ed. Buenos Aires: Astrea, 2007.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea.** São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Sobre a fundamentação.** 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

PANIKKAR, Raimundo. Seria a noção de direitos humanos um conceito ocidental? Tradução de Roberto Cataldo Costa. In: BALDI, César Augusto (Org.). **Direitos humanos na sociedade cosmopolita.** Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

RALWS, John. **História da filosofia moral.** Tradução de Ana Aguiar Cotrim. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROBLES, Gregorio. **Os direitos fundamentais e a ética na sociedade atual.** Tradução de Roberto Barbosa Alves. Barueri: Manole, 2005.

RUSSO, Eduardo Angel. **Derechos humanos y garantías:** el derecho al mañana. Buenos Aires: Eudeba, 2001.

SALAMANCA, Antonio. **Yo soy guardián mundial de mi hermano:** hacia la universalización ética de la opción por el pobre desde el pensamiento de K.-O. Apel, E. Dussel y X. Zubiri. Frankfurt am Main: IKO – Verlag für Interkulturelle Kommunikation, 2003.

SALGADO, Joaquim Carlos. **A ideia de justiça em Kant:** seu fundamento na liberdade e na igualdade. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

SCHELKSHORN, Hans. Discurso y liberación. In: APEL, Karl-Otto; DUSSEL, Enrique. **Ética del discurso y ética de la liberación.** Madrid: Trotta, 2004. p. 11-28.

SIDEKUM, Antonio (Org.). **Ética do discurso e filosofia da libertação:** modelos complementares. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

SOLON, Ari Marcelo. **Hermenêutica jurídica radical.** São Paulo: Marcial Pons, 2017.

STABILE, ARTHUR; CRUZ, MARIA TERESA. Em Belém, morte de 80 pessoas após assassinato de PM aponta ação de grupos de extermínio. **El País Brasil**, São Paulo, 16 mai 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/15/politica/1526337257_927035.html>. Acesso em: 07 nov. 2018.

TERUEL, Flavio Hernán. El Marx de Dussel. Notas acerca de la recepción dusseliana de la obra teórica de Karl Marx. **Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas**, Mendoza, v. 12, n. 1, p. 77-82, julio 2010.

TINOCO, Juliana. O massacre de pau d'arco. Por que as chacinas se repetem no sul do Pará? **Piauí**, São Paulo, Anais do conflito agrário, edição 135, dez. 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-massacre-de-pau-darco/>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

UNESCO. **The grounds of an international declaration of human rights**. Paris, 31 jul. 1947. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001243/124350eb.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

WELLMER, Albrecht. **Ética y diálogo**: elementos del juicio moral en Kant y en la ética del discurso. Traducción de Fabio Morales. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 1994.

WEYNE, Bruno Cunha. **O princípio da dignidade humana**: reflexões a partir da filosofia de Kant. São Paulo: Saraiva, 2013.